

Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões do dia trinta de novembro de dois mil e quinze

--- Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, na vila de Vouzela, no Auditório da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- Período de Antes da Ordem do Dia-----

--- 1 - Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 27/4/2015;-----

--- Período da Ordem do Dia-----

--- 1 - Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 27 de abril e o dia 23 de novembro de 2015 e apresentação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões 2020, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- 2 - Análise, discussão e votação da proposta de alteração de Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões, de acordo com a Informação de Serviço nº 416/2015, de 11 de novembro, nos termos do disposto no n.º 6 do art.º 2º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- 3 - Análise, discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2016, de acordo com a Informação de Serviço nº 415/2015, de 11 de novembro, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- 4 - Análise, discussão e votação da proposta de Orçamento e Plano de Atividades, para o exercício económico de 2016, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- 5 - Análise, discussão e votação da proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, de acordo com a Informação de Serviço nº 398/2015, de 2 de novembro, nos termos do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, no exercício de 2016;-----

--- 6 - Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 28 de abril de 2015 e 16 de novembro de 2015, ao abrigo autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 28 de novembro de 2014, de acordo com a Informação de Serviço nº 422/2015, de 16 de novembro nos termos das disposições conjugadas do artigo 104.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro.-----

--- Realizada a chamada às dezoito horas e quinze minutos, verificaram-se as faltas dos seguintes Deputados:-----

--- Belarmino Manuel Gomes da Costa; -----

--- João Tiago Coutinho de Carvalho Henriques; -----

--- Abel Joaquim Tavares Dias; -----

--- Leonídio de Figueiredo Gomes Monteiro; -----

--- João Fernando Marques Rebelo Cotta. -----

--- Verificando-se a existência de “quórum”, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Acácio Pinto, declarou aberta a Assembleia. -----

--- Período de Antes da Ordem do Dia -----

--- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** – Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 27/04/2015 -----

--- Em face da ausência de inscrições, o senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com quatro abstenções. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa começou por usar da palavra e cuja intervenção se transcreve: “Prosseguindo, gostaria agora de antes de entrarmos nas intervenções dos Deputados inscritos para usar da palavra neste período antes da ordem do dia, de dar nota que na última Assembleia Intermunicipal, realizada em Mangualde, houve um conjunto de diligências que a mesa ficou de efetuar, conjuntamente, com o Presidente do Conselho Intermunicipal. Essas diligências foram efetuadas, estiveram presentes em Tondela, na sede da CIM, a Mesa da Assembleia Intermunicipal, o Presidente do Conselho Intermunicipal, o Secretário Executivo e os líderes das bancadas desta Assembleia Intermunicipal.-----

--- Nessa reunião definiram-se alguns aspetos de ordem processual, do qual de uma forma sintética passo a dar nota, a saber: -----

--- Foi entendimento dos presentes, que no período antes da ordem do dia, seria o período para uma abordagem genérica das questões que cada Deputado entende-se por bem trazer, de âmbito geral;-----

--- As questões relacionadas com as atividades da CIM e com as questões da Assembleia seriam tratadas no ponto número um do período da ordem do dia, sendo que o mesmo poderia estar sempre sujeito a uma intervenção temática por parte do Presidente do Conselho como hoje acontece. -----

--- Foram estes os aspetos mais importantes sobre o ponto de vista processual, para além de, a CIM se ter disponibilizado para enviar para os Deputados uma súmula da atividade desenvolvida entre as duas assembleias, ou seja, entre a anterior e a atual assembleia. -----

--- Em suma, no período antes da ordem do dia, assuntos genéricos, moções genéricas, questões genéricas nacionais ou regionais e no período da informação específica sobre a

atividade da CIM, questões relacionadas com a própria atividade da CIM e questões relacionadas com os municípios que integram a CIM. -----

--- Dito isto, gostaria de, em nome da Mesa, apresentar uma moção de repúdio e voto de pesar, relacionado com os atentados terroristas de Paris, pelo que passo a ler essa moção, que é uma moção da Mesa desta Assembleia Intermunicipal, que obviamente, depois será posta à discussão. -----

--- *“Fomos confrontados no passado dia treze de novembro com um conjunto de bárbaros ataques terroristas em Paris que causaram a morte a mais de uma centena de pessoas, que naquela fatídica noite, usufruíam, na cidade luz, as circunstâncias de uma vivência social em liberdade, característica fundacional do nosso modelo de organização europeu. -----*

--- *Mais do que um atentado contra aqueles nossos concidadãos europeus e do mundo, que naqueles trágicos momentos estavam nos lugares errados e às horas erradas, aquele foi um atentado contra todos nós. Foi um atentado contra todos quantos partilham de uma visão do mundo forjada nos valores da democracia, da liberdade e do estado direito e que não querem que haja horas erradas e lugares errados nas nossas cidades e nas terras em que vivemos.-----*

--- *É, pois, com este espírito de defesa intransigente destas causas, da democracia, da liberdade e do estado direito, que a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões condena de forma veemente e repudia os atentados terroristas ocorridos no dia treze de novembro, em Paris, corroborando hoje, aqui e agora os valores do modelo social e político europeu. -----*

--- *É, pois, com este espírito de solidariedade, assente num profundo pesar e comoção, que os deputados desta Assembleia Intermunicipal manifestam ao povo francês e a todos os familiares das vítimas – entre as quais dois cidadãos portugueses – deste hediondo e cobarde ataque terrorista o seu mais profundo e sincero pesar. -----*

--- *Dar conhecimento do teor desta moção de repúdio e voto de pesar: -----*

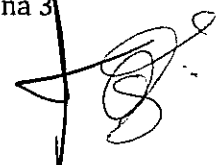
--- *Presidente da Assembleia da República -----*

--- *Secretária de Estado das Comunidades -----*

--- *Embaixada da República Francesa em Portugal” -----*

--- *Deixo a moção à vossa discussão, se alguém quer intervir.” -----*

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado José António Pereira, cuja intervenção se transcreve: “O Grupo Parlamentar do PSD também tinha uma moção nesse sentido, pelo que, não podemos estar mais de acordo com esta moção. Não sei se, pretende que passe a ler e juntar a essa, ou se, aprovamos só essa, senão posso passar a ler esta moção e depois ficará aí junto dos documentos da Assembleia.”-----



--- Retomou a palavra o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: "Como entende, esta moção é a moção da mesa, que está aberta à assinatura de todos os Deputados e a todos os Grupos Parlamentares." -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado José António Pereira, cuja intervenção se transcreve: "Não queremos, de maneira nenhuma, criar individualismo nesse aspeto. Eu passo a ler e fica isso na mesa." -----

--- Retomou a palavra o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: "Deixo isso à sua consideração, se faz favor." -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado José António Pereira, cuja intervenção se transcreve: "Fica também na mesa como adjacente, não como uma moção de um grupo pessoal, mas também, como uma moção de toda uma Assembleia, ela também ficará na mesa e depois se o Senhor Presidente fará como entender. Penso que será assim." -----

--- Retomou a palavra o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: "A partir do momento em que a apresenta, ela tem que ser votada." -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado José António Pereira, cuja intervenção se transcreve: "Atendendo que esta é a primeira vez que nos encontramos reunidos depois dos acontecimentos ocorridos no último dia treze de novembro e não sendo alheio a eles, da mesma forma que vós venho apresentar um voto de pesar por todas as vítimas que perderam a vida nos atos terroristas levados a feito na cidade de Paris. -----

--- Um ataque brutal contra a cidadania e os valores democráticos europeus. -----

--- *A CIM Viseu Dão Lafões manifesta o seu repúdio contra este tipo de manifestação de ódio, como este, que teve como alvo uma nação histórica como a França. Baluarte de valores universais de liberdade, igualdade e fraternidade.* -----

--- *A CIM Viseu Dão Lafões reforça ainda que o mundo não deve ter medo do terrorismo e destas ações bárbaras contra a nossa civilização, como aquelas que assistimos, devendo por isso, continuar a cultivar os valores de tolerância e da solidariedade, marcas distintas da União Europeia.* -----

--- *Este voto de pesar, se aprovado, deve ser remetido às entidades competentes.*" -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Dinis, cuja intervenção se transcreve: "Associamo-nos, também, no voto favorável à moção e ao voto de pesar, não deixando de apresentar um voto de pesar, que passaria a ler em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP. ----

--- "Voto de pesar. -----

--- *Os últimos tempos foram dramáticos para muitos países e cidadãos da Europa. Os recentes atentados pré-preparados por o auto proclamado Estado Islâmico em Paris e no avião das*

linhas aéreas russas, mostraram que o mundo está em perigo eminente perante tão atrozes ataques. Ninguém está seguro face a tão hediondas e terríveis ameaças, ontem foi Paris, amanhã poderá ser Bruxelas ou qualquer cidade ou capital dos Estados livres e democráticos. O equilíbrio entre liberdades e garantias que devem ser dadas pelos cidadãos e a segurança de todos aqueles que vivem e partilham um mundo cada vez mais globalizado, deverá estar em permanente discussão, não se trata de uma guerra das religiões, mas sim de ataque aos valores fundamentais das nossas sociedades, é um ataque da barbárie contra a Humanidade, é a tentativa de instalar terror nas nossas vidas, de estimular velhos ódios que sempre dilaceraram a vida de tantos inocentes ao longo da história. É necessária uma resposta conjunta, vigorosa e implacável dos aliados, em particular da Europa e dos Estados Unidos, contra este inimigo comum. Ontem como hoje, somos todos franceses.”-----

--- Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP, nesta Assembleia Intermunicipal, propõe um voto de pesar pelos cidadãos inocentes que perderam a vida nos últimos atentados em Paris, no voo da companhia aérea russa e todos aqueles que pelo mundo fora sofrem todos os dias, com o ódio e a barbárie de criminosos assassinos.”-----

--- Retomou a palavra o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: “Agradecia, também, que entregasse o voto de pesar junto da Mesa.”-----

--- Temos então, uma moção de repúdio apresentada pela mesa e temos dois votos de pesar, um do Grupo Parlamentar do PSD, deduzo que foi esse o objetivo, e outro do Grupo Parlamentar do CDS. Bom, eu não tenho, obviamente, poder para retirar nenhum, pelo que os três vão a votação e a Assembleia Intermunicipal encaminhara os três votos aqui apresentados, se forem os três aprovados”.-----

--- Colocado a votação o primeiro voto de pesar e repúdio, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

--- Colocado a votação o segundo voto, apresentado pelo Grupo Parlamentar PSD foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

--- Colocado a votação o terceiro voto de pesar, apresentado pelo CDS, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado José António Pereira, cuja intervenção se transcreve: “O assunto do qual venho falar, penso que será, do conhecimento e interesse da maior parte de vós, pois tem a ver com a linha férrea da Beira Alta, a qual foi notícia nas últimas semanas na Comunicação Social e noutros meios de comunicação, informando que

foram publicados em Diário da República despachos sobre o investimento na reabilitação das infraestruturas ferroviárias da mesma.-----

--- Também eu me congratulo com a mesma mas, devo lembrar-vos que já o anterior executivo se tinha empenhado nesse sentido bem como na ligação Viseu Coimbra por Autoestrada, “Via dos Duques”, através das infraestruturas de Portugal, o qual tinha assumido compromissos com a região, mesmo sabendo que não tinha recursos para a mesma. Como é do vosso conhecimento procurou financiamento vindo de privados, havendo já oito possíveis interessados quando acabou a legislatura.-----

--- O atual governo vem agora dizer que este traçado não é sustentável nem tem dinheiro para o fazer, como afirmou o Secretário de Estado da Economia assim como a ligação ferroviária Aveiro, Viseu, Mangualde. Segundo informação do Secretário de Estado vai proceder-se mais uma vez a um estudo de impacto ambiental, o que por outras palavras, é adiar estes projetos indefinidamente.-----

--- Devo salientar mais uma vez que a modernização da linha da Beira Alta tem um carácter bastante importante, por vários fatores, primeiro é uma linha que está em pleno funcionamento, mas que precisa de ser melhorada, dada a sua importância estratégica.-----

--- Esta reabilitação também se impõe para acabar com os acidentes que se têm registado ao longo da sua existência, melhorando, também, a sua capacidade de circulação e conseqüente aumento de velocidade. Toda a modernização, todas as melhorias que lhe possam ser incutidas, são do melhor que se pode fazer, atendendo que é a linha, que liga o litoral a Espanha e a toda a Europa, com melhor capacidade.-----

--- Digo mais uma vez que, as intenções do anterior governo era continuar a investir, daí espero que, apesar de haver mexidas nas cadeiras, não se deite fora o trabalho desenvolvido por outros, nomeadamente no tocante à qualidade dos transportes e à segurança, pois a qualidade e a segurança estão em primeiro lugar, mais ainda quando se trata de um projeto essencial para a região e para o país.-----

--- Senhoras e Senhores Deputados, se os senhores me perguntassem, se preferia a duplicação da linha ou a criação de uma bitola europeia, eu seria o primeiro a aprova-la, porque é isso que nós precisamos para melhorar a nossa competitividade. Mas a verdade é que aproveitando o que existe e reabilitando infraestruturas, isso nos permite estabelecer uma ligação ferroviária cada vez mais viável e com potencialidades. Não podemos deixar que aconteça com esta ligação ferroviária, que liga o litoral à fronteira, o mesmo que aconteceu com a A25 que remeteu quase para o esquecimento a autoestrada Coimbra-Viseu.-----

--- E é daquelas estradas que ora avançam, ora recuam, e a verdade é que já lá vão muitos anos de discussão sobre este assunto, mas nunca saiu de projeto, mas faz muita falta, porque se é importante a ligação que temos entre Vilar Formoso-Aveiro, passando por Viseu e a todo o Norte pela A25, também se reveste da maior importância, a ligação Vilar Formoso ao Centro do país, como Coimbra, Leiria e Figueira da Foz. Portugal não se pode dar a erros estratégicos nomeadamente com as ligações entre o Centro de Portugal e o resto da Europa.-----

--- Repito que é importante primeiro manter o existente e depois avançar para novas etapas, como as já discutidas noutras assembleias, tendo mesmo sido aprovadas moções que visavam a construção da nova linha ferroviária entre Aveiro, Viseu, Mangualde, a qual tem custos elevadíssimos que neste momento é difícil suportar. Não tendo capacidade financeira, vamos aproveitar o que existe, aprendi isso quando era mais novo, porque se rentabilizarmos bem o que temos, conseguimos depois fazer coisas novas, não está em causa não fazer, o eixo ferroviário Aveiro-Vilar Formoso passando por Viseu, pois é importante, é importantíssimo mas, já que temos um, vamos melhora-lo, vamos capacita-lo, não vamos esquece-lo. -----

--- Volto a sublinhar a linha da Beira Alta precisa de trabalhos, precisa de investimento para melhorar as condições dos utentes e para que todas as mercadorias possam sair do nosso país de uma maneira mais célere. Temos que ser realistas, não há meios financeiros capazes para construir uma linha nova, no presente momento, vamos aproveitar o que temos. Quando se executam obras que visam melhorar e promover os meios de transporte, aumentar a segurança, aumentar a capacidade de comunicação para o exterior, Meus Senhores temos que aprovar, e isso faz todo o sentido, para que no futuro possamos ter cada vez mais uma economia sã, que consegue exportar nas melhores condições e com facilidade.-----

--- Não devemos pensar só no mar para exportação dos nossos produtos, temos que pensar também na terra, temos que pensar na rede ferroviária, porque essa sim, é das mais importantes que nós podemos ter para o transporte de mercadorias e também para o transporte de pessoas para toda a Europa. Muito obrigado."-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Luís Ferreira, cuja intervenção se transcreve: "Permita-me, Senhor Presidente, antes de entrar no essencial da minha intervenção, que faça apenas uma abordagem para a clarificação, quiçá, ponto de ordem, sobre a atual situação política.-----

--- Não poderei, certamente, deixar de falar do arranjo, que alguns chamam de acordo, eu chamo-lhe arranjo, porque dá-me a ideia daqueles casamentos que eram feitos antigamente, aqueles casamentos por interesse. Alguns dizem que por interesse não será, que será por amor, porque interesse eles não têm nenhum uns nos outros.-----

--- Não poderei deixar de falar, acima de tudo, na evolução que o discurso tem tido. No início de todo este processo falava-se, embora envergonhadamente, na legalidade e na validação pela constituição. De facto, isso era dito e nós aceitávamos, uma vez que não se violou a constituição, é tudo perfeitamente legal. Relativamente à legitimidade, no conceito mais lato, já era diferente. -----

--- Com o evoluir dos dias, como tenho tido oportunidade de ver e ouvir intervenções nos diversos canais de televisão, aliás até pensava que estava em 2011 quando vejo num canal o Dr. Silva Pereira e, quando mudo de canal, vejo um outro ex-ministro do governo de 2011, já se diz, com toda a segurança, que também existe legitimidade democrática e legitimidade política. Ora muito bem, sem estarmos aqui com utopias ou com discussões metafísicas, com dados concretos, eu demonstro a legitimidade. Conheço pessoas, e certamente que todos que aqui estão também conhecem, eleitores do Partido Socialista que dizem não se reverem nesta postura e nesta coligação. Ora, questiona-se a legitimidade! -----

--- Mas também conheço uma outra realidade, conheço pessoas que votavam, tendencialmente, no Partido Socialista e que agora votaram no Bloco de Esquerda, para fugir ao Partido Socialista que lhes lembrava 2011. Onde é que está a legitimidade? -----

--- Dando a legitimidade por barato, vamos falar de algo mais importante, que os homens e mulheres reclamam de si mesmos e que vai para além da questão da legalidade. Se nos orientarmos apenas pelas questões legais, certamente que todos nós, em substituição das conversas que temos com os nossos filhos sobre o bem e o mal, sobre o que está certo e o que está errado, fazíamos uns serões de leitura da Constituição e do Diário da Republica e estava resolvido o problema da educação deles. -----

--- Não, os grandes homens e as grandes mulheres revêm-se em princípios e valores. E quanto a isto, meus amigos não há volta a dar, hipotecaram por completo os princípios e os valores, e tudo o que se diga, por melhor que argumentem, por melhor que seja a retórica, irá sempre chocar com a realidade. -----

--- Mas queria, acima de tudo, nesta componente de intervenção mais política, associar-me aos cerca de cem mil eleitores do Distrito de Viseu que votaram na PAF. -----

--- Esses, como eu, sentem-se frustrados, porque viram, a nível nacional, a PAF ganhar as eleições e viram, a nível Distrital, a PAF ganhar esmagadoramente, e frustrados, como eu estou, vêm que afinal havia uma outra coisa, que eu chamo de arranjo. -----

--- Quero, de forma muito vincada, deixar as minhas felicitações, os meus parabéns e o meu reconhecimento ao Dr. Mota Faria e ao Dr. Filipe Duarte, como Presidentes das Comissões Políticas do PSD e CDS, respetivamente, e, muito especialmente, ao Dr. Pedro Alves, pelo

extraordinário trabalho que fez. Pareceu-me um pouco a parábola da formiga e da cigarra, fartámo-nos de trabalhar, e depois a cigarra fez o que fez.-----

—Entrando na segunda parte da minha intervenção, queria, em forma de sugestão para a CIM, abordar a questão da aprovação e financiamento de projetos da requalificação das escolas secundárias. Eu não tive em Castro Daire, que represento, a intervenção da Parque Escolar, mas espero também não quero perder a oportunidade da requalificação, que penso ser a medida certa e a intervenção que era necessária. Por isso, o que peço ou sugiro é que a CIM, eventualmente com a constituição de alguma comissão, quando estiver confrontada com os projetos de requalificação, que atuasse com proximidade, isto é, que não resumisse o seu trabalho à apreciação de um documento escrito, por melhor que esteja elaborado, mas que se fosse verificar, no local, quais são as efetivas necessidades que cada escola tem. O que me apercebo é que algumas escolas foram intervencionadas e, por ventura, outras estariam a necessitar muito mais dessas intervenções.-----

—É natural, têm que ser analisados os projetos, mas depois que não se limitassem apenas à leitura e interpretação dos mesmos, que fossem verificar no local as necessidades efetivas que cada uma das escolas tem.-----

—Para terminar, sugeria, também, à CIM que reivindicasse ao Dr. António Costa, tentando convencer os dois chefes do governo, Catarina Martins e Jerónimo de Sousa, as obras previstas para o Distrito de Viseu. Pode parecer uma provocação, mas não é. Quem tiver dúvidas sobre quem comanda o governo basta ver quais foram as medidas que foram aprovadas até este momento, no Parlamento, e o consenso que ouve à esquerda relativamente à Comemoração do 25 de novembro, em que o Partido Socialista não só negou a sua identidade como negou a sua história.-----

—A CIM deve manter uma atitude persistente, reivindicativa, de forma que não se abandonem os projetos que já estavam lançados, outros adjudicados, de algumas obras que para nós eram fundamentais, entre as quais destaco a ligação entre Viseu e Coimbra, que esperamos não voltar a cair novamente, uma vez que já tinha caído com um governo do Partido Socialista. Destaco ainda a ligação entre as termas de São Pedro de Sul e a A25, a requalificação da Nacional 225, a ferrovia que ligaria Aveiro e Vilar Formoso e o serviço de radioterapia em Viseu, entre outras obras que poderia enumerar.-----

—O serviço de radioterapia é de extrema importância, pelo que, agradecia que o reclamassem, já agora, nos termos e no modelo que reclamaram numa das sessões anteriores da CIM, em que parecia que a proposta da altura só tinha defeitos, era um mal em si mesmo. Espero que agora, com o governo do Partido Socialista, consigamos não só o serviço de



radioterapia, mas um serviço nos termos e com o modelo que aqui tanto foi reclamado. É essa atitude proactiva e persistente que nós esperamos da CIM Viseu Dão Lafões para que não se dê razão ao Senhor Presidente da Câmara de São Pedro do Sul quando diz que a CIM é um elefante branco.-----

— Eu já acompanho e faço parte da Assembleia Intermunicipal da CIM há alguns anos e não me revejo nessa imagem, acho que a CIM tem tido um contributo extremamente importante. Por isso, se à história da CIM não se aplica, espero bem que o Senhor Presidente da Câmara de São Pedro do Sul não esteja já a perspetivar o futuro.”-----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve:” Uma nota relativamente a esta última intervenção para dizer que o segundo ponto, que é uma interpelação e o terceiro que de certo modo, é uma interpelação diretamente à CIM, eu no início da Assembleia tinha recordado o procedimento acordado entre a Mesa, os Grupos Parlamentares e o Senhor Presidente do Conselho, pelo que peço ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal que responda no ponto número um, dado este primeiro ponto ser para questões genéricas, quer dizer que o primeiro ponto abordado enquadra-se na questão genérica, o ponto que interpelou diretamente o Presidente da CIM ele responderá, sobre as escolas e sobre estas questões, quando intervier. -----

--- Portanto as questões relacionadas com a CIM, e volto a repetir, são aquelas que são tratadas no ponto numero um da ordem do dia.-----

—A intervenção fica feita, sobre o primeiro ponto não há qualquer objeção, nem consideração, sobre o segundo há esta consideração que peço ao Senhor Presidente que responda depois no ponto numero um”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Carlos Sousa Amaral, cuja intervenção se transcreve: “Depois de ouvir os colegas que me antecederam, só me resta e para não repetir as preocupações, fazer um complemento às suas intervenções e às suas preocupações.-----

--- Para mim o que ficou por referir nestas matérias foi o IC12, uma estrada que é extremamente importante para o meu concelho – Carregal do Sal, mas também importante para toda uma região. E sabendo que era uma obra que estava na agenda do governo PSD-CDS, não sabendo o que este governo pretende fazer em relação a obra tão fundamental para o desenvolvimento de toda uma região, espero que este órgão continue, e tal como tem sido apanágio, zelar pela nossa região. E faça tudo o que estiver ao alcance para que o IC12 seja colocado na agenda do governo atual.-----

--- Estou certo que é uma preocupação de todos nós.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Vale de Andrade, cuja intervenção se transcreve: “Na ausência do Dr. Telmo Antunes, Presidente da Assembleia Municipal de Vouzela, que tem dirigido estas sessões de Assembleia, aqui, do lugar onde o Senhor Doutor está sentado, competia-me a mim dar as boas vindas à CIM, à Mesa, Senhor Presidente, Senhor Presidente do Conselho Executivo, ao Dr. Martinho sempre um elemento preponderante nas nossas Assembleias pelas condições técnicas e conhecimentos, que a todos nos vem ajudar a tomar decisões. E portanto, resumindo numa frase, sejam todos bem-vindos a Vouzela, e aqueles que são daqui, bem-vindos a esta Assembleia. -----

--- Pois tinha aqui duas notas, cria fazer referência de uma mera observação, eu de facto não fiz a inscrição à chegada a este edifício na mesa dos serviços, é um procedimento, eu chamei isso formalismo, porque é, eu participei muito ativamente no regulamento, no regimento da Assembleia, não consta lá essa obrigação de me inscrever e recordaram-me sim se eu me queria inscrever para o jantar. Com o devido respeito, Senhor Presidente, quer dizer eu não venho aqui para me inscrever para jantar, eu venho aqui é para falar, passou me de facto, lá o papel de inscrição para intervir. Este ponto, segundo, em relação aos votos de repúdio e pesar acerca dos atentados. -----

--- Nós apresentamos, evidente que ninguém aqui iria deixar de subscrever esta convocação, que ao fim ao cabo, os vários partidos foram fazendo, sendo certo e como recordada aqui a nossa colega, Maria Ester Vergas, que está fora e tem uma visão diferente, houve mais atentados do que aqueles que verificados em Paris, depois disso já houve no Mali, já houve o avião russo, etc... -----

--- Portanto isto significa que mais que palavras bonitas, palavras solidárias, há de facto que ter uma política de eficácia, não chegarei ao tempo, não chegarei a poder concordar a cem por cento com o que diz o Presidente Russo – Putin, que diz que se eles querem procurar o seu Deus, que é Alá, mas alguém tem que os levar para lá, e eles assumem essa obrigação, os russos e tem visto o que tem bombardeado. Vale o que vale, é só um dos homens mais poderosos do mundo e não teve pejo nenhum em dizer isso. -----

--- A verdade é que estas manifestações de pôr os sapatos, pôr as velas, isso é todo muito bonito mas não resolve nada de circunstância. Nós temos portugueses, vítimas desses atentados mas também temos luso-descendentes no grupo dos terroristas. -----

--- Portanto isto é uma situação que abarca tudo mundo, pode acontecer em qualquer lado, qualquer um de nós, algum dos nossos familiares pode estar sujeito, embora Portugal no meu entender seja até o país, à primeira vista e do conhecimento que eu tenho, evidentemente não é exaustivo, mas que me preocupo alguma coisa, que é dos países mais seguros em relação a

esta questão dos atentados. Estranhamente os refugiados das guerras e dos países em conflito não querem vir para cá.-----

--- Portanto preferem, mesmo assim, assumir o risco de atentados em outros países do que vir para um país que é pacífico, dentro dos costumes, é uma coisa estranha que nós deve levar a pensar. Nós temos todas as condições, um clima ameno, fantástico e os refugiados não querem vir para cá. Bem, à que aprofundar esta questão.-----

--- Agora, de uma forma mais objetiva, em relação às questões da nossa CIM, eu queria transmitir de uma nota positiva.-----

--- O Concelho de Vouzela foi sempre um concelho empenhado, desde a primeira hora, na Comunidade Dão Lafões, agora Viseu Dão Lafões, Vouzela empenhou-se muito quando ela ainda chamava-se apenas Dão Lafões.-----

--- Nós tivemos sempre o cuidado de levar muito a sério esta missão e esta tarefa. Eu não tenho dúvidas, absolutamente nenhuma, que durante vários anos o grupo de deputados municipais junto da Assembleia Intermunicipal fomos aqueles que tivemos mais intervenções, ultrapassando largamente Viseu.-----

--- Todos participamos dos vários partidos PSD, Partido Socialista, tínhamos sempre o máximo de intervenções e penso que intervenções e contributos importantes.-----

--- O que acontece agora é que com esta mutação política, não chamo mudança política, mudança política era o conceito que se aplicava anteriormente, agora é uma mutação política, porque houve aqui algo de muito mais de absurdo do que propriamente uma mudança e a rotatividade política normal.-----

--- Temos que ter esta preocupação, sejamos objetivos, há dois partidos ou duas forças políticas, melhor chamando, eu até diria, quatro e agora até mais o PAN, portanto, se calhar cinco forças políticas que têm responsabilidades governativas, no sentido em que, o governo do Partido Socialista mesmo que aplicando o seu programa inteiramente dentro destes partidos, que a seguir vou enunciar: O Bloco de Esquerda; Partido Comunista; Partido dos Verdes e agora também o PAN; ao que parece, não tem qualquer tipo de experiência, qualquer tipo de contributo positivo em Comunidades Intermunicipais.-----

--- Do Bloco de Esquerda basta só referir a triste experiência da única autarquia que geriram, que acabou no que acabou, uma coisa absolutamente inacreditável, de muita responsabilidade da direção política do Bloco. Porque corrupção e maus negócios e várias situações acontecem em vários partidos e em vários municípios.-----

--- Se acontecem em várias Câmaras, governadas por vários quadrantes, o Partido Socialista têm os seus problemas; o PSD têm os seus problemas; não vamos negar isso. Agora de facto,

uma força política que já tem a responsabilidade que tem, com uma única Câmara não conseguiram demorar alguns minutos a olhar para o seu problema, quando uma força política só tem uma Câmara no país, uma autarquia, deve cuidar dela com o máximo de cuidado.-----

--- Ora bem, é um partido com o qual eu não conto, e chamo essa atenção e manifesto a minha preocupação, com qualquer tipo de incentivo, desenvolvimento, preocupação com aquilo que se faz nas CIM's, não tem experiência nenhuma e isto para mim, para a direção do Bloco de Esquerda é uma coisa que é completamente ao lado, não querem saber disso para nada. -----

---O Partido Comunista, normalmente, sempre com autarcas muito proactivos, autarcas muitos dele até rigorosos, temos que reconhecer, mais na zona do Alentejo que tem dificuldades muito grandes, praticamente está deserto, tem muito pouco investimento, mas mesmo assim alguns deles tem mérito, fazem o que podem e vejo o trabalho, até porque passo algumas temporadas no Alentejo, e sei o trabalho que é feito, mas também não são propriamente os paladinos destas políticas das Comunidades Intermunicipais.-----

--- Portanto a responsabilidade no fundo do Partido Verdes e do PAN nem falo, porque esse então, acho que nem tem experiência nenhuma, nem sequer existe, são completamente zero.-

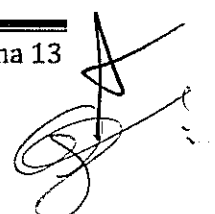
--- A responsabilidade é muita, Senhor Presidente, a responsabilidade é muita do seu Partido, porque vocês tem que ter o farol nesta política das Comunidades Intermunicipais, tem que puxar muito por esta situação, porque não... Acredito que não vão ter apoio nenhum nos partidos que sustentam o governo, portanto, a responsabilidade do Partido Socialista é enorme nesta situação. -----

---A Comunidade Intermunicipal, penso que aí estamos todos de acordo, somos todos unânimes, é uma comunidade Intermunicipal exemplar a nível do país, pela execução dos projetos, pela participação até que têm, há Assembleias que nem conseguiam o quórum para reunir, nunca aconteceu isto na Dão Lafões.-----

--- Portanto, Dr. Acácio tem uma grande responsabilidade porque tem que defender as Comunidades Intermunicipais com muita garra, porque tem uma responsabilidade enorme pelo seu Partido estar neste momento no poder e por ser Presidente da Assembleia de uma das melhores Comunidades Intermunicipais.-----

--- É isto que eu queria apelar, que estou convicto que saberá levar a bom termo essa sua árdua tarefa, todos cá estaremos para o ajudar, mas também para lhe exigir que faça tudo o que puder pela Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões. -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: "A minha árdua tarefa é tentar conduzir da melhor forma esta Assembleia Intermunicipal com pluralidade, dar a palavra sempre a todos os Deputados e



nunca passou pela minha mente não lhe dar a palavra, independentemente, de não estar inscrito conforme estava aqui na lista e portanto foram inscritos e serão sempre inscritos. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Carlos Cunha, cuja intervenção se transcreve:

“Senhor Presidente, começo a minha intervenção fazendo um ponto prévio. Dizendo que custa ganhar as eleições e ficar na oposição, mas infelizmente é a vida e agora há que seguir em frente e prosseguir, que as coisas corram bem para todos nós. O assunto que aqui nos traz é a apresentação de uma moção pela instalação das juntas médicas da ADSE no distrito de Viseu. -

--- *“A ADSE é um subsistema de saúde destinado aos funcionários públicos da Administração Central, Regional e Local. As juntas médicas da ADSE destinam-se a avaliar a existência de doença natural, acidente em serviço ou doença profissional. As juntas médicas da ADSE abrangem a totalidade do território de Portugal Continental, estando distribuídas do seguinte modo: Secção Norte com sede no Porto que abrange os distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real e Bragança; Secção Centro com sede em Coimbra e contempla os distritos de Aveiro, Coimbra, Viseu, Guarda e Leiria; Secção de Lisboa com sede em Lisboa engloba os distritos de Lisboa, Castelo Branco, Santarém e Setúbal; Secção Sul com sede em Évora abrange os distritos de Évora, Beja e Portalegre; e a Secção de Faro. Face ao exposto pretendemos que Viseu passe a dispor de juntas médicas da ADSE, contribuindo deste modo para que os concidadãos do nosso distrito evitem desgastar a sua saúde com as longas deslocações que tem de efetuar para se apresentar aquele serviço, presentemente localizado em Coimbra, bem como, reduzir encargos com essas deslocações. Esta medida deveria passar, principalmente, pela melhor utilização dos recursos humanos médicos com competências nestes domínios sem onerar significativamente os encargos a suportar pelos serviços responsáveis. Dada a interioridade do distrito de Viseu, reivindicamos que os nossos concidadãos, beneficiários do subsistema da ADSE, possam usufruir de tratamento semelhante aquele que é concedido aos seus homólogos de Faro que apenas tem de efetuar deslocações dentro do seu próprio distrito. Sendo votada favoravelmente na Sessão Ordinária de trinta de novembro da Assembleia Intermunicipal Dão Lafões, o CDS-PP pretende que desta moção seja dado conhecimento aos competentes Serviços do Ministério da Saúde; Serviços Centrais da ADSE; todos os Grupos Parlamentares e Presidente da Assembleia da República e todos os Municípios do Distrito de Viseu.”*-----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a moção a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Paulo Marques, cuja intervenção se transcreve: “Eu vinha aqui falar de uma coisa mas eu pensei que já se tinham digerido as eleições, que já foi há algum tempo, parece que não, de qualquer das formas, a legitimidade que temos ou não, é a mesma que nós aqui temos para aqui estar. Como a legitimidade que o nosso Presidente tem para liderar a CIM porque todos ganhamos as eleições e depois, e aqui, também o nosso presidente da Assembleia, é Presidente da Assembleia porque os seus deputados votaram que assim fosse, assim é no Parlamento, é da vida. -----

--- As maiorias vão e vêm, umas vão outras vêm, agora a maioria está mais à esquerda do que à direita, ainda bem, digo eu, obviamente, vocês acham que não. Mas é da vida. -----

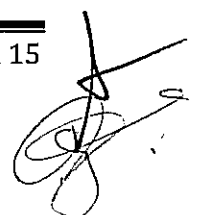
--- E é por isso que nós quando fomos votar, vocês conhecem possivelmente mais pessoas do PS que estão mais descontentes do que eu, é possível, mas não é isso que eu tenho visto. E quando foram votar, votaram no Dr. Leitão Amaro como nós votamos na Dr.^a Maria Manuel, e eles lá foram para o Parlamento, por isso é que vocês tiveram seis deputados e nós tivemos três deputados. -----

--- E felizmente no país não foi assim, e apenas nos limitamos a fazer aquilo que o Senhor Presidente da República sempre disse, que era dar o governo a quem faz maiorias, que é muito importante. É importante para a confiança dos mercados, é muito importante que tenham maiorias, é muito importante à confiança de todos, é muito importante para a governabilidade do país e por isso temos uma maioria, quer gostem quer não gostem, essa maioria existe, é uma maioria de esquerda. -----

--- E uma coisa é certa, para bem ou para o mal, dure este governo um dia ou um ano ou quatro anos, o que aconteceu foi um momento histórico para o país, porque foi a primeira vez que se conseguiu por o Partido Comunista Português a dialogar com alguém e a tentar fazer com que o país melhorasse. Isso para mim é muito importante porque agora já não temos só aqueles partidos que têm a mania que só eles é que podem governar. -----

--- Todos os partidos podem governar porque assim é democracia e acho que todos reconhecem que quando uma pessoa vota, vota em alguém, será à partida, para eles governarem. Portanto, de casamento de conveniência, as coligações também já estão fartas de casamentos de conveniência, por isso não creio que isso seja muito para aqui chamado, porque esses casamentos sempre deram no que deram nesses quatro anos. -----

--- Como também essa questão do vinte e cinco de novembro, foi aqui citada, demoraram quatro anos a querer comemorar o vinte e cinco de novembro, o que também é engraçado. ----



--- Esqueceram-se foi que antes comemorava-se o cinco de outubro, mas para vocês o cinco de outubro isso não era assim tão importante, e o vinte e cinco de novembro é que era, por isso em termos de coerência a coisa também nunca correu muito bem.-----

--- Dizer também que todos temos noção do que foi feito, ou não, nestes quatro anos no país e na nossa região, todos nós temos noção do que foi feito, ou não, em relação ao IC12, em relação à ferrovia, em relação à ligação a Coimbra.-----

--- Todos temos noção de que aconteceu e do que não aconteceu, aliás, mais do que não aconteceu do que aconteceu. E por isso mesmo, volto aqui para aquilo que era a primeira coisa que queria vir dizer, e era a única, tirando esta azia que ainda se sente muito por estes lados, mas que é compreensível, mas pode ser que depois do Natal a coisa corra melhor.-----

--- Quero fazer uma pergunta ao Presidente da Assembleia Intermunicipal, que é saber se houve algum eco das variadas moções que foram aqui apresentadas e aprovadas nesta Assembleia Intermunicipal, se houve alguma resposta do Governo anterior a estas moções.-----

--- Eu presumo que não tenha havido senão já nos teriam respondido.-----

--- Não tendo havido, o que se lamenta, obviamente, mas não é de estranhar.-----

--- O que eu proponha a esta Assembleia é que se deliberasse no sentido de serem reenviadas todas as moções que foram aqui aprovadas para a nova Assembleia da República e para o novo Governo, de modo a que eles também tenham conhecimento de tudo aquilo que aqui fizemos e para ver se é desta que tenhamos algum feedback do Governo dada a sua importância, para, não estamos aqui a apresentar moções só por apresentar.-----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: " A Assembleia não teve qualquer resposta sobre as moções aprovadas.-----

--- Não me foi notificada nenhuma resposta pessoalmente. A CIM responderá depois quando for intervir.-----

--- Sobre a proposta, uma vez que foi uma proposta que foi efetuada, portanto tenho que a considerar como admitida, deixá-la, colocá-la à discussão, se há alguma dúvida relativamente aquilo que foi proposto.-----

--- Senão houver ninguém que queira intervir eu vou colocá-la à votação para que, julgo que interpretei bem, reenviar todas as moções aprovadas ao atual Governo, aos mesmos órgãos para que foram enviadas do Governo anterior. Está correto?-----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Marco Almeida, cuja intervenção se transcreve:
“Depois de ouvir os Senhores Deputados do PSD nas intervenções anteriores, realmente percebe-se bem a frustração com que o Deputado António se encontra, porque três anos passaram desde que este órgão tomou posse e não me recordo de que em nenhuma, dois anos, que este, dois anos, não me recordo que nunca neste órgão nenhum deputado do PSD tivesse feito aqui nenhuma intervenção sobre qualquer tipo de investimento necessário para esta região, vem agora, sabe se lá porque, ao fim destes, ao fim de uma semana lembrarem-se que era necessário completar o IP3 e que era necessário requalificar a linha da Beira Alta. Eu pergunto, quem foi o Secretário de Estado dos Transportes até duas semanas atrás? -----

--- Não era oriundo até desta Comunidade? -----

--- Porque é que os Senhores Deputados nunca levantaram essa questão aqui quando estiveram no governo?-----

--- Lembraram-se agora que vai ser necessário requalificar estas obras? Seria necessário coerência e ética política. Decência, Senhores Deputados, tem que haver decência na política. -

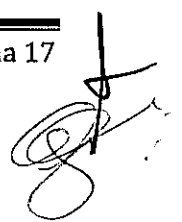
--- Eu percebo que andam incomodados, mas tem que, vão ter que saber lidar com isso, porque eu sei que os senhores andam muito preocupados com o Partido Socialista, com o Bloco de Esquerda, com o Partido Comunista, com a PAN, mas vão ter que saber viver com eles. -----

--- Porque a verdade é que os senhores ganharam as eleições, a PAF ganhou as eleições, mas as eleições não elege o Primeiro-Ministro, elege os Deputados, como os senhores sabem. Nunca em quarenta anos foi eleito um Primeiro-Ministro porque os senhores ganharam as eleições e meteram menos Deputados. -----

--- Quem mete mais deputados escolhe o Primeiro-Ministro, houve quatro partidos que meteram mais deputados e escolheram o Primeiro-Ministro. E os senhores vão ter que saber lidar com eles e com o Dr. António Costa.-----

--- Para terminar, vou dar aqui só um conselho ao Senhor Deputado que fez aqui a intervenção de Carregal do Sal, até porque também sou oriundo de Mangualde e também tenho interesse no IC12, o Senhor Deputado tem que pedir ao seu colega de bancada, o Dr. Sobral Abrantes, o meu prezado conterrâneo, porque o Dr. Sobral Abrantes numa Assembleia Municipal em Mangualde anunciou que a ligação Santa Comba-Mangualde ou Coimbra com ligação a Viseu mas passando de Santa Comba a Mangualde, iria ser feita. -----

--- Por isso, relativamente ao IC12, isso está em ata, se quiser eu posso mostrar-lhe a ata onde houve essa intervenção, onde iria ser feita a ligação Santa Comba Dão-Mangualde, deduzo que é essa que lhe interessa, relativamente ao IC12. Também ao Senhor Deputado José António



Pereira também lhe posso facultar algumas atas onde foi dito também pelo Deputado Sobral Abrantes, relativamente à ligação da ferrovia, pode ser que isso vá ajudar e eu tenho tudo o interesse em lhe facultar esses documentos.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: “Para ser muito rápido. Desde já os cumprimento, e era só para dizer ao Senhor Deputado que tenha calma em relação também ao futuro, tenha calma em relação ao futuro, e por isso não se entusiasme demasiado porque o futuro pode ser, talvez, não tão radioso como ele pense.-----

--- Em relação à situação ninguém tem azia. Estamos em democracia, agora há aqui uma coisa que vamos dizer, os senhores acabaram com convenções que existiam desde o dia vinte e cinco de abril de setenta e quatro.-----

--- Acabaram com essas convenções todas, são várias, não interessa e por isso e como é um protesto, é só para dizer isto.-----

--- Em relação ao que o senhor disse, aqui, sobre os deputados, é aconselhável a ler as atas todas e as tomadas de posição que foram feitas aqui em defesa das infraestruturas de valor acrescentado, em defesa de radioterapia, em defesa do IC12, em defesa da ferrovia, todo isso, tem que ler as atas. E depois não fale de cor sobre essa situação. E pronto era só isso que pedia e eu tenho aqui também, religiosamente, guardado uma sintonia de pontos de vista em relação a processos reivindicativos, em termos, de infra estruturas.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Sobral Abrantes, cuja intervenção se transcreve: “Quando é colocado na nossa boca e é dito que nós dissemos determinada afirmação, poderemos ter o direito de responder e dizer se dissemos ou não. Em primeiro lugar, anotar aqui esta intervenção do Deputado Marco Almeida.-----

--- Como é óbvio, não nos vem para aqui dar lições de ética, lições de moral, a Bancado do PSD não precisa disso. Eu compreendo o incómodo dos Deputados Municipais do PSD, a mim não me causa tanto incómodo porque, infelizmente, este tipo de intervenções são habituais na Assembleia Municipal de Mangualde, estes tipos de ataques, pronto, já estou mais habituado e reconheço que o Deputado Marco Almeida, nem é dos piores, que há lá bem pior e já estamos habituados que ultrapassam muitas vezes o limite.-----

--- Relativamente à minha intervenção, o que foi dito é que eu disse em Assembleia Municipal que foi aberto o estudo de impacto ambiental e uma das hipóteses, que depois o Senhor veio a confirmar, é que da autoestrada, uma das propostas que estão em cima da mesa, é a ligação que abrange o IC12.-----

--- Relativamente ao pedido da realização da obra, certamente o Senhor Deputado Marco Almeida esqueceu-se do que foi defendido nesta Assembleia e não leu bem as atas porque

deve-se recordar, ou pelo menos os que estão aqui presentes devem-se recordar, que da minha parte, secundado pelo Deputado Eng.º José António, de Nelas, apresentamos aqui uma proposta em defesa da construção do IC12.-----

--- Foi uma proposta que foi feita pela nossa Bancada, foi apresentada por um Deputado de Mangualde e um Deputado de Nelas, logo nós o que hoje aqui defendemos, defendemos sempre no passado e continuaremos a defender no futuro.-----

--- Temos muitas propostas, mas como certamente os Senhores diziam que era por nossa parte que não eram feitas, agora espero que avance isso, e que seja feito o IC12, e ao que eu me recordo dessa proposta até foi aprovada por unanimidade.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado José António Pereira, cuja intervenção se transcreve: "Vou ser telegráfico no tocante a isto. Pretendo apenas dizer ao Senhor Deputado Marco Almeida que não entendo a posição do PS Mangualde, acho-a mesmo absurda, porque uma das coisas que saiu na Comunicação Social, foi a opinião do Senhor Presidente da Câmara de Mangualde sobre os despachos publicados no Diário da República relativamente à melhoria e requalificação da linha da Beira Alta ao qual o Senhor Presidente da Câmara disse congratulou-me com isso, era um compromisso que o Senhor Secretário de Estado tinha assumido, portanto, vir aqui dizer-me que só agora me preocupo com estas questões, pelo amor de Deus, vamos ficar por aqui.-----

--- Relativamente ao outro ponto abordado pelo Senhor Deputado é bem verdade, porque e, só para o esclarecer e lembrar o IC12, foi a concurso internacional em 2007 para ser construído. Em 2009 foi anulado, pergunto-lhe se sabe, quem Governava nesses anos.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Marco Almeida, cuja intervenção se transcreve: "O Senhor Deputado José António deve estar a fazer confusão com aquilo que eu disse. Eu não disse aquilo que o Senhor veio aqui dizer.-----

--- Eu quero-lhe dizer é o seguinte, aquilo que vim dizer é que os Senhores, ao longo destes quatro anos, não vieram com este entusiasmo tudo reivindicar, as obras que não fizeram e estão agora ao fim de uma semana que este Governo tomou posse, vem para aqui reivindicar aquilo que não fizeram, que deviam ter sido feitas.-----

--- Olhe em 2007, em 2009, quem estava no Governo era o Partido Socialista, é verdade.-----

--- Olhe quem é que esteve de 2011 até agora? É que o Senhor não veio aqui reivindicar isso, não veio aqui chamar o nome do Senhor Secretário de Estado dos Transportes até então que tinha a responsabilidade de ter feito essas obras e que não as fez.-----

--- Se o Senhor tivesse dinheiro, o Senhor Deputado, sabe porque é que não tinha dinheiro. Eu vou-lhe dizer porque é que não tinha dinheiro. Sabe porquê? Sabe quanto é que era a dívida

pública em 2011, Senhor Deputado? Era noventa e oito mil milhões, sabe quanto é que é em 2014, Senhor Deputado? É cento e trinta mil milhões. Sabe para onde é que foi o dinheiro? O Senhor é que deve saber. O Senhor e o seu Governo é que devem saber. Sabe porquê? Sabe quanto é que era o desemprego? Sabe qual é a taxa de desemprego neste momento? É maior ou é menor do que em 2011? É isto que o Senhor tem que saber. -----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção no período antes da ordem do dia deu o mesmo por encerrado.-----

--- Ordem do Dia -----

--- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** – Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 27 de abril e o dia 23 de novembro de 2015 e apresentação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões 2020, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, deu a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: " Eu estou com um pequeno problema na boca, motivo pelo qual peço, desde já desculpa se não forem perceptíveis algumas das minhas palavras.-----

--- Registo com agrado as intervenções dos Senhores Deputados e independentemente dos Governos, eu penso que temos que ter esta atitude proactiva para que eles sejam resolvidos.--

--- Eu não vou aqui enumerar as intervenções dos Senhores Deputados nominalmente, mas percebemos que há um conjunto de investimentos que são, digamos que, fulcrais para o nosso desenvolvimento regional, independentemente, volto a repetir, dos Governos e já vai sendo muito tempo, deixem-me que vos diga, que a dita IP3 seja transformada em autoestrada ou que passe a ter perfil de autoestrada. E nós, independentemente das nossas cores partidárias, devemos ter esta atitude proactiva para que consigamos reivindicar com cabeça, tronco e membros estes investimentos sejam eles rodoviários, sejam eles ferroviários. -----

--- Dizer-vos também que o Conselho Intermunicipal está atento a esta temática, ainda hoje, na inauguração da Exposição Itinerante sobre o Crescer com a CCDR do Centro, tivemos o cuidado de falar destas abordagens. -----

--- Dizer-vos, também, que, oportunamente, vamos marcar uma audiência com o Senhor Ministro do Planeamento para percebermos o que irá ser feito no futuro relativamente a esta área.-----

--- Definirmos estas prioridades e ao defini-las devemos questionar o Governo, porque é esta a nossa responsabilidade enquanto eleitos locais, sobre o que pretendem fazer na região.-----

— Posto isto, Senhor Presidente, de acordo com a estratégia que definimos na última Assembleia, e atendendo que as Assembleias são muito poucas durante o ano, nós produzimos esta informação escrita, na qual estão indicadas as principais atividades da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.-----

— Na Conferência de Líderes ficou combinado entre todos, que daqui para a frente traríamos sempre um tema, sobre, de dimensão regional que poderíamos muito bem discutir com esta amplitude e, obviamente, sempre com respeito mútuo.-----

— Deixem-me, antes de falar das principais atividades da Comunidade, de responder a uma questão que foi levantada pelo Senhor Deputado António Luís Ferreira e que para nós é especial e que é a educação. Sendo certo que falou aqui, no nosso poder de persuasão perante o Ministério da Educação para que esses investimentos sejam efetuados, permito-me referir que, também referimos essa vontade à Senhora Presidente da CCDR, porque de facto há na educação duas velocidades.-----

— Alguns municípios, a maior parte, têm centros escolares luxuosos e outros não tem, infelizmente, nenhum. Mas deixem que vos diga que estão identificados, com muito custo, um conjunto de equipamentos de entre aqueles que foram mapeados, isto é, de entre os que foram impostos pelo Ministério da Educação. -----

— Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma retrospectiva muito rápida do que esta Comunidade foi fazendo durante o ano de 2015. -----

— Assinamos o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões 2020, amplamente divulgado, tendo o mesmo sido apresentado ao Conselho Estratégico, sendo que daqui a pouco também o iremos apresentar a esta assembleia de uma forma mais light, em modo de vídeo. -----

— Mas para além disto, também tivemos aqui algumas ações que vale a pena falarmos um bocadinho delas, como sejam a Modernização Administrativa, com a criação de uma Central de Compras, onde hoje todos os municípios e algumas instituições da nossa região podem aderir de forma a obtermos preços mais competitivos em diversos bens e serviços. -----

— Também estamos a desenvolver o Programa Aproximar, com esta novidade, em relação aquilo que nos foi anunciado, pois na altura tinha começado com quatro componentes, Loja do Cidadão, Espaço Cidadão, Carrinhas do Cidadão e Transporte a Pedido. Neste momento, numa reunião com a Agência para a Modernização Administrativa e a CCDR na Comunidade Intermunicipal ficou assente que, neste momento, vamos ter Lojas do Cidadão e Espaços de Cidadão.-----

--- Os Serviços Partilhados deixem-me que vos diga, um projeto que é muito importante para a nossa Comunidade permitindo-me realçar que de um total de três milhões e meio de euros conseguimos um financiamento de um milhão de euros para estes três serviços: Aquisição de Cartografia, para o SIG e para a criação de um Centro de Competências para a Gestão de Vias. -

--- O empreendedorismo que teve duas grandes novidades este ano que foi o prêmio nacional com a amplitude que teve, com mais de noventa candidaturas de ideias de negócio que vieram aqui à nossa região, sendo que trinta e três por cento delas eram de fora da região. Este projeto continuou com as escolas empreendedoras, como sabem, agora também no primeiro ciclo. -----

--- Para além disso, e na área da educação e da formação somos também uma Comunidade Intermunicipal piloto, no âmbito de antecipação das necessidades de qualificação em parceria com a ANQEP, com os agrupamentos escolares, as escolas profissionais e as associações empresariais, estamos a desenvolver um trabalho impar em termos nacionais-----

--- Uma outra área onde temos intervindo muito tem sido a área de proteção civil, pois fomos a primeira Comunidade Intermunicipal a entregar os equipamentos de proteção individual, e posso dizer que, também, vamos ser os primeiros a entregar o equipamento terminal de comunicações TETRA, a integrar a Rede SIRESP, sendo que o iremos fazer em Vila Nova de Paiva, no próximo dia 14, sendo que o secretariado da Comunidade fará chegar o respetivo convite.-----

--- Na eficiência energética, somos também líderes, com dois milhões de investimento, principalmente, em iluminação pública e temos em andamento o nosso Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes. -----

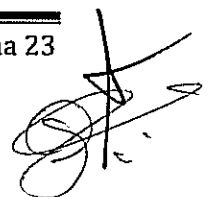
--- A Ecopista do Dão, deixem que vos diga, é muito falada aqui, e na altura não percebemos a amplitude da sua importância por ser um projeto pioneiro na área da mobilidade e da requalificação ambiental daquela zona, que hoje toda a gente reconhece a sua importância.-----

--- Ainda á bem pouco tempo ganhou um Prémio Nacional de Mobilidade em Bicicleta, em Lisboa.-----

--- É óbvio que isto são algumas das atividades mais sonantes e que todos vocês conhecem, mas não posso deixar o repto de visitarem a Exposição Itinerante "Crescer", que vai percorrer todos os municípios da CIM, onde poderão perceber melhor o que é que foi feito não só na região, mas também nos vossos concelhos nos últimos anos.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Amaro, cuja intervenção se transcreve: "A minha vinda aqui prende-se com algo muito simples que é, de algum modo, congratular-me com esta mudança de regimento. Nomeadamente, com a introdução deste

período de informações. E até, indo mais longe, com a apresentação desta temática, por me parecer que a separação que existia até aqui, entre cada Assembleia, tornava por vezes difícil o acompanhamento daquilo que era feito pelo Executivo. E portanto, não é demais reconhecer esse mérito, é a minha opinião, a mudança introduzida tornou esta Assembleia mais viva e com mais informação para se poderem discutir os problemas. Também gostava de dizer aqui o seguinte, e é quase uma *mea culpa*, porque eu também gosto de o fazer quando acho que é necessário: tenho que reconhecer, e já disse isto em algumas Assembleias, que não sou um eufórico simpatizante desta solução das CIM's, nunca fui. Mas, e é bom dizer aqui também, este Executivo por o que aqui apresenta e pela forma como tem gerido a CIM (e quando eu digo este Executivo não quero que, digamos, ser menos simpático com os anteriores) mostra aqui que, muitas vezes, quem faz as instituições são as pessoas. Ou seja, mostra-se que, mesmo quando eu considero que o problema das CIM's é um problema de governança, dado que os Executivos não têm a possibilidade de estar, digamos que, a tempo inteiro, porque também têm que governar os seus próprios municípios, eu sou obrigado a reconhecer que é possível, apesar de tudo, fazer um bom trabalho quando há empenhamento e quando há realmente solidariedade entre todos os municípios. E, sobretudo, quando todos os municípios desta região conseguem, para além da defesa dos interesses próprios de cada concelho, também colocar acima disso ideias que podem unir, do ponto de vista daquilo que é benéfico para toda a região. Eu penso que isso, de algum modo, está a acontecer. O que me leva ainda mais a reforçar, que seria prejudicial, a meu ver, se isto que o Executivo está a fazer e a unir, pudesse vir a ser prejudicado nesta Assembleia por divisões, nomeadamente divisões que podem prejudicar aquilo que tem sido até aqui a unidade na ação (digamos assim), sobre aquilo que é estruturante para esta região. E obviamente que todos nós sabemos o que é estruturante para esta região: o IP3, quer a ferrovia, são algumas das infraestruturas que estão por fazer. E portanto, eu acho que, pelo menos da minha parte e da nossa parte assim será, não é por ter mudado o Governo que vamos mudar de opinião, relativamente a essas reivindicações. E portanto, eu acho que aquilo que nos une é, sem dúvida, o que é importante para a região, independentemente do Governo que estiver, independentemente das nossas posições políticas e neste caso, eu penso que, há unidade, e portanto, ela só será furada se basearmos aqui o nosso comportamento em algumas táticas que, eu estou em crer, vão, obviamente, acabar quando as coisas se desenrolarem. E já agora dizer o seguinte: o atual Governo, ou seja, o atual Governo do Partido Socialista tem no seu programa a manutenção, digamos que, das Comunidades Intermunicipais. E como tal, é com isso que temos que conviver, embora com a democratização das Comissões de Coordenação da Região Centro, e portanto, é com isso que



temos que conviver. E, obviamente, que o bom convívio nesse aspeto será importante, não obstante as nossas diferenças (é bom que as pessoas vinquem as suas diferenças de opinião e as suas diferenças ideológicas e estratégicas), mas o que eu gostaria é que, naquilo que é fundamental e estrutural para esta região, continuássemos a manter, digamos que, esse mesmo propósito de unidade. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: "No seguimento do que aqui foi dito, permito-me salientar um aspeto que eu penso que é importante em termos da informação escrita que nos foi trazida e que penso que nos dá a conhecer, a todos, uma perspetiva global do trabalho da CIM. E eu penso que é, e por isso não podemos deixar de elogiar este esforço, principalmente o esforço que aqui sentimos em termos de toda a modernização administrativa e também num aspeto, que eu acho que é importante, que aqui foi dito, que é da manutenção e da proximidade dos serviços públicos. ---

--- Eu acho que as carrinhas do cidadão, atendendo às nossas características, acho que são importantes, e que deve ser um aspeto que devemos considerar, não só as Lojas Cidadão, mas também o Espaço Cidadão, mas principalmente, as Carrinhas Cidadão. -----

--- Salientava, também, um aspeto que nos foi demonstrado a todos do interesse que este Conselho Intermunicipal tem de aprofundar a intervenção da CIM em algumas áreas que são importantes e temos de tentar criar grandes consensos supramunicipais em três áreas, pelo menos que aqui foram demonstradas. -----

--- Uma área, que eu acho que é muito importante, é a Mobilidade dos Transportes, a área da Proteção Civil e a área da Formação. -----

--- Penso, também, que tivemos todos aqui uma perspetiva, que sempre houve, consensual, de todos os que estavam, membros e autarcas, em relação à necessidade e à importância da CIM para o desenvolvimento da região. Por outro lado, também, todos aqui referiram que a estrutura da CIM era uma estrutura que podíamos dizer, uma estrutura adequada. -----

--- Por isso, quando ouvimos alguns autarcas referirem-se à CIM, que esta estava eventualmente a transformar-se num elefante branco, gostaria de saber o que tem a dizer sobre isto. -----

--- Também, já agora, se continua a sentir e a achar que a CIM continua a não ser o tal elefante branco e a ser útil e necessária à região. -----

--- Por outro lado, também, não poderia deixar de me referir ao assunto da radioterapia, na sequência das dúvidas levantadas na última sessão sobre as candidaturas previstas por parte do centro hospitalar e concretamente sobre aquilo que era o equipamento de radioterapia e sendo esta uma matéria que todos consideramos muito sensível, gostaria de questionar Vossa

Excelência, se já esclareceu os termos dessa candidatura e se tem algum esclarecimento adicional em relação à última reunião da Assembleia Intermunicipal.-----

--- Eram essas duas questões que gostaria de aqui colocar".-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Fernando Farreca, cuja intervenção se transcreve: "O que me traz aqui é relativamente há minha área, que é a Proteção Civil. -----

--- Venho em nome dos Bombeiros da Comunidade Intermunicipal agradecer o excelente trabalho que está a ser feito no apoio às Corporações de Bombeiros e na minha qualidade como sendo o segundo Comandante mais antigo do Distrito de Viseu, agradecer o trabalho que esta CIM está a fazer, não só no apoio nas comunicações também no apoio da Cartografia, que hoje é das coisas mais importantes sendo excecional o trabalho de desenvolvimento em termos de Cartografia no apoio ao combate aos incêndios florestais, que já foi testado em exercício distrital e o qual funcionou. -----

--- Mas é com muita pena minha que o resto do Distrito não esteja integrado nesta área, porque o que é que nos vai acontecer? Vai-nos acontecer que São Pedro do Sul confronta com Cinfães ou Castro Daire confronta com Cinfães e nós saímos daqui, atravessamos a Serra do Montemuro e chegamos ali a metade da Serra e ficamos sem as ferramentas próprias para trabalhar, ou seja, elas só estão restritas a nós.-----

--- Eu acho que o País tem que começar a falar em Proteção Civil a uma só voz e eu faço aqui um apelo aos autarcas que aqui estão, que nas reuniões de autarcas comecem a olhar para as Corporações de Bombeiros, que não podemos continuar a andar com autarcas a atrasar os subsídios às Corporações de Bombeiros, a não entregar os subsídios às Corporações de Bombeiros e isto é uma dificuldade tremendo, porque eu ainda recentemente gastei quarenta mil euros a equipar os meus bombeiros com equipamentos de combate a fogos urbanos. -----

--- Meus senhores eu posso dizer aqui e com muita honestidade, estão a decorrer processos em Tribunais, mas muitas vezes estão a decorrer porque os Bombeiros tem que fazer artimanhas e dar a volta a muita situação para puderem prestar o apoio às populações. Este é um setor que tem que ser olhado de outra forma. -----

--- Aquilo que eu quero nesta Comunidade é que nos todos lutemos para que tenhamos as estradas, tenhamos a ferrovia, tenhamos bombeiros melhores, hospitais melhores foi para isso tudo que nos elegeram para nós estarmos aqui.-----

--- Também não me quero esquecer de dar aqui uma palavra, enquanto Governador Civil, que também olhou pelos Bombeiros e também fez alguma coisa para tentar ajudar os Bombeiros do nosso Distrito. Muito obrigado Senhor Dr. Acácio Pinto".-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Dinis, cuja intervenção se transcreve: "Vou começar por falar daquilo que foi aqui o campeonato dos Presidentes de Câmara competentes.

--- E nisso o CDS-PP até pode erguer bem alta a bandeira de Ponte de Lima que sempre foi exemplo de boa gestão autárquica. Por isso, acho que o CDS nesse capítulo, portanto, no campeonato dos gestores de Câmaras, a coisa tem corrido bem neste campeonato, não nos temos dado mal. -----

--- Depois em relação aquilo que foi referido aqui pelo Deputado Marco Almeida. É evidente que o CDS e toda esta Assembleia, já aqui foi dito pelo PSD, temos defendido em vários momentos posições unânimes, moções unânimes em relação à reivindicação de algumas infraestruturas. Portanto, acho que estamos todos de acordo que independentemente de ser o Governo A, B ou C, isso não é significativo quando estão em causa interesses das nossas Comunidades, das populações que nós representamos. -----

--- Então irei colocar algumas questões objetivas ao Senhor Presidente, nomeadamente, indo ao encontro daquilo que é estruturante ou não para a dimensão da CIM. É que analisando o Pacto verificamos que quase onze milhões de euros vão ser geridos pela CIM, o que significa que precisa de ter uma estrutura competente para fazer essa gestão, estamos a falar de grandes montantes significativos e se nós virmos é vinte e cinco por cento dos montantes atribuídos à região.-----

--- Isto é, decorre do seu trabalho aquilo que será benéfico para todos aqueles que nós aqui representamos. Depois, aqui há um ponto que tem sido aqui destacado que tem a ver com a energia verde. Eu em relação às eólicas e às mini hídricas já tenho muitas dúvidas.-----

--- Se em dois mil e onze ouvimos tantos estudiosos dizer que já era suficiente aquilo que tínhamos custa-me, ainda ver hoje, estar a defender investimentos quando os especialistas em dois mil e onze já diziam que era mais do que suficientes. -----

--- Portanto eu ouvi isso na televisão, eramos inundados por, estamos fartos de eólicas para trás e para a frente, mini hídricas a mesma coisa e hoje continuarmos a falar disto, eu tenho muitas reservas, tanto mais que já estava provado que eramos nós os contribuintes que estávamos a pagar aquela energia supostamente limpa, porque estávamos a produzir energia num período em que não interessava a ninguém e estávamos a manda-la até inclusive para Espanha., motivo pelo qual tenho algumas dúvidas sobre esta questão da energia verde, barata e se calhar não será assim tão barata.-----

--- Finalmente, uma última questão que tem a ver com aquilo que são os montantes que estão afetos à nossa Comunidade, cerca de trinta e nove, quase quarenta milhões de euros.-----

— Efetivamente é uma redução relativamente aos montantes que tivemos no quadro anterior e portanto, isso obviamente, não nos pode deixar satisfeitos, em particular, porque verificamos que há alguma distribuição, obviamente, não simétrica e que fica, certamente, aquém de aquilo que todas as populações reivindicam para os seus territórios. Por isso queria aqui dizer que me preocupa e é por isso que eu acho importante que a estrutura da CIM tenha dimensão, competência e capacidade para gerir bem, porque o grosso da fatia é a CIM que vai gerir mais dinheiro, mais do que a Câmara de Viseu e Tondela juntas. E por isso não penso que seja um elefante branco, desde que trabalhe e que faça as suas funções, a mim não me interessa muito a cor do elefante, desde que seja realmente algo que seja benéfico para as nossas populações.

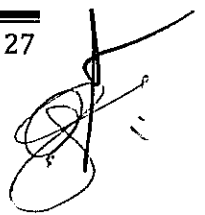
— Depois, uma nota final, e acho que ainda tenho alguns segundos, para falar daquilo que é efetivamente o papel das CIM's que é importante sem dúvida alguma. -----

--- O papel das Assembleias Intermunicipais é que, pela legislação atual, foi muito reduzido e ainda bem que, em boa hora, foi proposta esta alteração de tentar trazer alguma vivacidade e alguma informação a esta Assembleia porque, efetivamente, ter Assembleias Intermunicipais duas vezes por ano, isto não lembra a ninguém, mas pronto, é o que temos, já discordei em relação a isso. Mas fundamentalmente era isto o que eu vos queria transmitir".-----

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: "A estrutura da CIM, eu sei que isto vem a propósito de uma intervenção, do Senhor Presidente da Câmara de São Pedro do Sul, e eu o que vou dizer à Assembleia já o disse em Conselho Intermunicipal, tinha saído a notícia fresca e não deixei passar a oportunidade, é de lamentar, disse ao digno representante da autarquia de São Pedro do Sul, porque esta Comunidade Intermunicipal não tem dívidas, tem ativos, em todos os projetos supramunicipais que concorre põe lá os quinze por cento da comparticipação nacional, nunca a pediu aos municípios e vamos perceber isso quando for apresentado a estrutura da receita e da despesa, que somos das Comunidades Intermunicipais que pagámos e onde os municípios contribuem com menos quotas.-----

--- Tive que dar este exemplo, também, que somos e que fomos Comunidade Intermunicipal, CIM piloto no Programa Aproximar, fomos, como vos disse há bocadinho, fomos piloto na antecipação das necessidades com a ANQEP, somos percursores no empreendedorismo e podia continuar a enumerar mais um conjunto de áreas em que estamos a liderar quer em termos regionais quer em termos nacionais.-----

--- Meus amigos, eu também não gostei, enquanto Presidente do órgão, e obviamente que o Conselho Intermunicipal também registou e foram tomadas algumas posições, estamos à



espera que o Senhor Presidente da Câmara de São Pedro do Sul se justifique pelo menos sobre o que é esta estrutura que pode tornar-se num elefante branco.-----

--- Esta estrutura não é elefante branco nenhum, esta estrutura no último quadro estratégico de referência contratualizou e geriu mais de cem milhões de euros, contratualizou setenta e nove mas geriu mais de cem milhões de euros, com taxas de execução a cem por cento. -----

--- Vamos gerir não os onze milhões de euros. Não, vão gerir trinta e nove milhões de euros, diretamente, porque vamos ter ambição de ter a capacidade de nos candidatar-mos a projetos da Comunidade Europeia.-----

--- Na Proteção Civil somos Comunidade Intermunicipal na primeira linha. Muito obrigado Senhor Deputado por reconhecer isto. Há bocadinho falava de Cinfães, mas eu acho ainda mais, porque Cinfães verte muito, e desculpem-me os nossos colegas, os nossos amigos de Cinfães e Resende, eles vertem muito para o Norte e nós temos aqui concelhos muito próximos, Sernancelhe, Moimenta da Beira, Tarouca estão aqui nas nossas proximidades e estão noutra extrato, como sabe, em termos de Proteção Civil, em termos de agregação ou de Comunidade, verdadeira Comunidade, também em questões de Proteção Civil.-----

--- Eu ia jurar, porque eu também sou um privilegiado porque estou na zona de fronteira e sou convocado para muitas reuniões informais com os colegas do Norte e eu ia jurar que os EPI's ainda não foram entregues na CIM Douro, pois é, vejam bem a diferença de "anos-luz" que nós estamos nesse aspeto.-----

--- Obviamente que, Senhor Dr. Mota Faria, radioterapia em Viseu, é certo que o Dr. Seixas está aqui comigo e eu aproveito a oportunidade para esclarecer que deve ter havido um lapso ou um equívoco da CCDR quando estávamos no Solar do Dão, ele estava ao meu lado e eu fiz a pergunta expressamente, é aqui que está a radioterapia, é dos investimentos que não vieram a ser mapeados, isto é, não vieram a ser identificados pelo Ministério da Saúde, mas, não sei se o Hospital é promotor, se está nas suas intenções de candidatura este projeto.-----

--- Mas o que eu lhe posso garantir é que numa próxima oportunidade junto da Comissão Diretiva do PO Regional, eu irei-me certificar se o Centro Hospitalar Tondela-Viseu está com esta intenção e melhor qual será a forma de nós os ajudarmos, porque também temos essa responsabilidade.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção no período antes da ordem do dia deu o mesmo por encerrado."-----

--- Ordem do Dia-----

--- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** – Análise, discussão e votação da proposta de alteração de Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões, de acordo com a Informação de Serviço nº 416/2015, de 11 de novembro, nos termos do disposto no n.º 6 do art.º 2º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente e Senhores Deputados. Só para vos transmitir, ainda que sucintamente, que isto que é uma conformação como a legislação que saiu em agosto. -----

--- Obviamente que, verte essencialmente sobre esta estrutura da Comunidade Intermunicipal. Havia um vazio legal na questão da estrutura dirigente e nós estávamos, por analogia equiparados aos chefes de divisão ou a outro nível. Neste momento existe legislação expressa e com estamos a conformar os estatutos com a mesma e aproveitando um ou outro preciosismo mas nada de substancial, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade no Conselho Intermunicipal. -----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou o mesmo a votação, tendo sido aprovado por unanimidade”. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2016, de acordo com a Informação de Serviço nº 415/2015, de 11 de novembro, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente. Senhores Deputados também vos foi distribuído o mapa de pessoal para o ano de dois mil e dezasseis, isto também é costume nas nossas Assembleias Municipais. Ser lavrada a proposta para ser aprovada. Deixem-me que vos diga dentro desta estrutura, desta mega estrutura, toda a gente se apercebe dos postos de trabalho desta Comunidade. Neste momento, os que estão propostos são os mesmos do ano passado, e também com muito esforço de quem lá trabalha não foram preenchidos, pelo que se renova o mapa de pessoal para o ano financeiro de dois mil e dezasseis com a mesma estrutura do ano anterior.” -----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou o mesmo a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- Relativamente ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** – Análise, discussão e votação da proposta de Orçamento e Plano de Atividades, para o exercício económico de 2016, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ---

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, que solicitou ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que apresentasse a proposta de Orçamento e Plano de Atividades para o exercício económico de 2016.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: "Vou fazer uma apresentação muito sumária do documento. Obviamente, deixar para a fase de questões e debate, algumas questões mais técnicas que me queiram colocar, a mim próprio, ou ao Presidente do Conselho Intermunicipal. -----

--- Assim, toda a documentação foi distribuída, a todos os senhores deputados, logo a seguir à reunião do Conselho Intermunicipal que aprovou por unanimidade as grandes opções de plano e orçamento para o exercício económico de 2016. A proposta do orçamento para o exercício económico de dois mil e dezasseis ronda os 2,5 milhões de euros. 2,5 Milhões de euros em que a arrecadação da receita provem, fundamentalmente, por via de projetos QREN, e correspondentes fundos FEDER que ainda falta receber, isto é, projetos que a CIM tem já realizada a execução física e financeira, já procedeu à submissão dos pedidos sendo expectável receber as correspondentes verbas só no 1.º trimestre de 2016.-----

--- A receita advém, também, do projeto dos Serviços Partilhados, por via de um contrato com a DGAL, no âmbito da Cartografia e da criação do Centro de Competências de Gestão das Vias na Comunidade Intermunicipal que ronda cerca de setecentos mil euros e, por outro lado, do montante FEDER respeitante ao Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes, o primeiro projeto que a CIM teve aprovado no âmbito do Portugal 2020. E portanto de uma forma resumida e em termos de grandes números a receita dos 2,5 milhões de euros advém, obviamente, destas grandes rubricas da receita a que acresce, obviamente, a quotização dos municípios associados e a transferência de verbas por parte da DGAL. -----

--- Dar, também, aqui uma nota relativamente ao grau de incerteza em que a CIM está a elaborar esta proposta de orçamento e plano de atividades, muito fruto, também, obviamente, desta questão do Portugal 2020. A CIM, como tiveram oportunidade de observar,

tem um conjunto de projetos identificados nas grandes opções de plano que estão como financiamento não definido. Isto é, são verbas que a CIM tem com o envelope financeiro no Pacto, mas, obviamente, não os pode escrever no lado da receita, pois não há nenhum contrato de financiamento há uma intenção, há um pacto.-----

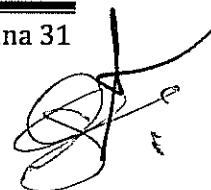
---Dar nota, também, da mudança registada nas linhas estratégicas da Comunidade Intermunicipal, uma adaptação relativamente ao exercício anterior, muito provocado pela nova dimensão do Portugal 2020 e, por outro lado, pela mudança de paradigma da atuação dos municípios e, por via disso, também da atuação da Comunidade Intermunicipal muito assente nas componentes de educação, de formação, de qualificação, do mercado de trabalho, da empregabilidade, da coesão social. E, assim, obviamente, entendeu a Comunidade Intermunicipal e o Conselho Intermunicipal também dar esta nova dimensão á intervenção da CIM.-----

---Assim, a CIM irá continuar a fazer o seu caminho no âmbito da modernização administrativa, um projeto que, desde 2009, tem sido abordado numa perspetiva supramunicipal. Portanto, temos também aqui, que continuar neste trabalho de modernização administrativa, aqui com esta componente nova que tem a ver com a lógica dos Serviços Partilhados.-----

---No âmbito de implementar a capacidade competitiva, o desenvolvimento da região, promover redes de cooperação, cá está mais uma vez, a dimensão do território, da atratividade do território, muito ligado a questão da Ecopista, da Marca Viseu Dão Lafões, um projeto que pretendemos liderar juntamente com o Turismo do Centro de Portugal.-----

---Aqui também a novidade, no Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes, que a CIM iniciou já no mês de agosto o seu trabalho com os municípios e que prevê, que este trabalho esteja concluído até ao final do ano de dois mil e dezasseis. Dar nota que a CIM constituiu uma Comissão de Acompanhamento, incluindo muitos atores e players regionais e nacionais, exatamente para darem os seus inputs e os seus contributos relativamente a este documento que, em devido tempo, irá também ser discutido em sede de Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal.-----

---Melhorar e promover a qualidade do ambiente urbano, a eficiência energética e a sustentabilidade no uso de recursos. Eu destacava, de facto, a Proteção Civil e o trabalho que a CIM tem realizado e vai continuar, sustentadamente, no ano de dois mil e dezasseis a fazer esse trabalho. Dar aqui uma nota muito rápida para referir que a CIM, pela primeira vez, vai gerir verbas que vão ser aplicadas às empresas. Nós vamos gerir as prioridades de investimento 8.3 e 8.8, que estão diretamente ligadas à criação de emprego e ao sistema de



incentivos às empresas para montantes entre cem mil e duzentos e trinta e cinco mil euros. Vão ser geridas pela Comunidade Intermunicipal, e portanto, aqui, é uma grande oportunidade que a CIM tem de intervir na economia, de apoiar as suas empresas, mas mais do que isso, é apoiar as empresas que tenham a ver com os domínios diferenciadores temáticos que estão identificados na estratégia integrada de desenvolvimento territorial. E temos de ter a “arte”, de conseguir casar este apoio às empresas com o nosso projeto da rede regional de empreendedorismo. Investir na educação, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida. É de facto esta nova dimensão de educação, formação e qualificação que está presente no Portugal 2020. E relativamente a isto, damos nota que, a CIM iniciou já a preparação do Pacto para a empregabilidade. Um Pacto, que aliás, que é obrigatório em termos do acordo de parceria e a CIM já criou um conjunto de redes de trabalho que até já foram apresentadas no Conselho Estratégico. A Rede da Educação, em que a CIM vai gerir esta rede e que vai ser coadjuvada com a DGEstE, a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares. A Rede da Qualificação e do Mercado de Trabalho que vai ter como parceiro chave o Instituto de Emprego e Formação Profissional. A Rede do Emprego, das Empresas e do Empreendedorismo juntamente com a AIRV. E a Rede da Coesão Social com o Centro Distrital da Segurança Social de Viseu.-----

--- De seguida, o Secretário Executivo procedeu à apresentação, mais detalhada, das grandes opções do plano explicitando as grandes rubricas de despesa a elas associado e os vários projetos a desenvolver.-----

--- Após concluir a sua intervenção, o Secretário Executivo colocou-se à disposição da Assembleia para qualquer questão que lhe queiram colocar”.-----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a votação a proposta de Orçamento e Plano de Atividades, para o exercício económico de 2016 tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- Relativamente ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, de acordo com a Informação de Serviço nº 398/2015, de 2 de novembro, nos termos do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, no exercício de 2016.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente, também já estamos habituados a

esta proposta de autorização prévia acontece assim nas nossas Assembleias Municipais, isto, porque há projetos, um de caráter plurianual e outros que se transformam em plurianuais. —

— Portanto, o que nós estamos a pedir é esta autorização prévia, sendo certo que de acordo com a lei, na Assembleia seguinte temos a obrigação de apresentar essa listagem com os compromissos plurianuais.” -----

— Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a votação da proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, tendo sido a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção. -----

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

— Relativamente ao **sexto ponto da ordem de trabalhos** - Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 28 de abril de 2015 e 16 de novembro de 2015, ao abrigo autorização prévia genérica favorável a assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 28 de novembro de 2014, de acordo com a Informação de Serviço nº 422/2015, de 16 de novembro nos termos das disposições conjugadas do artigo 104.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro. -----

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente. E agora de acordo, também, com a lei dando-nos esta autorização prévia, genérica e favorável à assunção de compromissos foi remetida a listagem respetiva, sendo que alguns dos compromissos, como eu disse, tem logo na sua matriz um caráter plurianual e alguns transformam-se em virtude de vicissitudes várias, ficando à disposição para qualquer questão que entendam por conveniente. -----

— Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a votação a Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 28 de abril de 2015 e 16 de novembro de 2015, ao abrigo autorização prévia genérica favorável a assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 28 de novembro de 2014, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. -----

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

— Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: "Não registamos nenhuma inscrição prévia do público, assim sendo resta-nos dar por concluído esta reunião, agradecendo a presença de todos."-----

— Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às vinte horas e trinta minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário da mesma. -----

